

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa
28 de junho de 2017

Ata da Sexta Sessão Extraordinária

Às dezenove horas e quinze minutos, do dia vinte e oito do mês de junho, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Zé Roberto, Primeiro-Secretário, e Nilton Franco, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Eli Borges, Ivory de Lira, José Bonifácio, Nilton Franco, Olyntho Neto, Osires Damaso, Rocha Miranda, Toinho Andrade, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Solange Duailibe e Valderez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Eduardo do Dertins, Ricardo Ayres e Vilmar de Oliveira. Estavam ausentes os Senhores Deputados Alan Barbiero, Cleiton Cardoso, Jorge Frederico, Paulo Mourão, Stalin Bucar, Valdemar Júnior e a Senhora Deputada Luana

Ribeiro. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 58/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 21/2017, que “altera o anexo II da Lei número 3.177, de 28 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2017, e adota outras providências”; e Projeto de Lei de Iniciativa Popular número 1/2017, que “altera dispositivo da Lei Ordinária Estadual número 2.578 de 20 de abril de 2012”. Não havendo Matérias a Apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 3/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 3.174, de 28 de dezembro de 2016, que “cria o Fundo Penitenciário Estadual – Funpes, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 18/2017; a qual, votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 3.229, de 28 de junho de 2017. E envia à Secretaria para comunicar à autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 9/2017, de autoria do Senhor Governador

do Estado, que “altera o art. 1º-A da Lei número 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a data base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo 6/2017; a qual, votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins promulga a Lei número 3.230, de 28 de junho de 2017, e envia à Secretaria para comunicar a autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 14/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera as Leis números 2.575, de 20 de abril de 2012, e 2.665, de 18 de dezembro de 2012, na parte que especifica”, que deu origem ao Processo 235/2016; a qual, votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins, promulga a Lei número 2.231, de 28 de junho de 2017; e envia à Secretaria para comunicar a autoridade competente. Foi anunciado, em turno único de discussão e votação, o Recurso ao Plenário, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse, que “requer que o Parecer proferido pelo Deputado José Bonifácio, no âmbito da Comissão de Administração, Defesa do Consumidor, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Serviço Públicos, no Processo número 228/2016, que rejeitou o Projeto de Lei número 271, de 19 de abril de 2016, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse, seja apreciado pelo Plenário deste Parlamento, com parecer rejeitado, retomando a proposição sua

tramitação normal, que deu origem ao Processo número 228/2016, o qual, votado, foi aprovado, e segue a tramitação normal, e encaminhe-se posteriormente ao Plenário para deliberação. Foi solicitado a retirada, da pauta da Ordem do Dia, a pedido da autora Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, o Recurso ao Plenário, referente ao Processo número 43/2016, que “requer ao Plenário a contra rejeição proferida na Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos, da Medida Provisória número 2, de 20 de janeiro de 2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, que deu origem ao Processo número 43/2016, que “Prorroga o prazo de isenção do ICMS para operação que trata alínea “f”, do inciso I do artigo 2º da Lei número 1.303, de 20 de março de 2002, e adota outras providências”, o qual, foi deferido. Foi determinado, pelo Senhor Presidente, a retirada da pauta da Ordem do Dia, o Projeto de Decreto Legislativo número 2/2016, referente à Medida Provisória número 2, de 20 de janeiro de 2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, e suas reedições números: 2, 5, 8, 12, 16, 20, 24, 28, 32, 37, 42, 47 e 50, todas de 2016, e 4, 11, 17, 26 e 35, todas de 2017, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “dispõe sobre a validação dos atos praticados com base nas Medidas Provisórias números: 2, 5, 8, 12, 16, 20, 24, 28, 32, 37, 42, 47 e 50, todas de 2016, e 4, 11, 17, 26 e 35, todas de 2017. Foi

anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 4/2017, de autoria da Mesa Diretora, que “cria a Escola do Legislativo e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 136/2017, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 4/2017, de autoria do Senhor Governador, que “autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ponte Alta do Tocantins a área de terreno urbano que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 41/2017; 5/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Miracema do Tocantins o uso das instalações físicas que especifica”, que deu origem ao Processo número 82/2016; 23/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “acrescenta o parágrafo único ao art. 1º da Lei número 2.755, de 28 de agosto de 2013, que dispõe sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd”, que deu origem ao Processo número 242/2016; 44/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar à Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A – Fomento, a área de terreno urbano que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 39/2016; 1/2017, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que

“concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Alberto Sevilha”, que deu origem ao Processo número 21/2017; 3/2017, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao cel. PM Luiz Cláudio Gonçalves Benício”, que deu origem ao Processo número 22/2017; 25/2017, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao advogado Renato Jácomo”, que deu origem ao Processo número 30/2017; 49/2017, de autoria do Senhor Deputado José Bonifácio, que “modifica o inciso XI do artigo 5º da Lei número 1.758 de 2 de janeiro de 2007, para adequá-la ao artigo 53 da Constituição do Estado, incisos I e V, § 3º, e acrescenta o inciso XI-A”, que deu origem ao Processo 60/2017; 67/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderéz Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor José Francisco da Silva Concesso”, que deu origem ao Processo 80/2017; 71/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Murilo da Costa Machado”, que deu origem ao Processo 97/2017; 42/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a proibição de corte no fornecimento de energia elétrica, água, telefone e gás, nos horários e dias determinados, no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 51/2017; 51/2017, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão, que

“concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Omar Hennemann”, que deu origem ao Processo número 72/2017; 61/2017, de autoria do Senhor Deputado Rocha Miranda, que “institui o Passeio Ciclístico Ecológico de Araguatins a São Bento do Tocantins, como evento do calendário turístico oficial do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 77/2017; 97/2017, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, que “altera a Lei número 3.002, de 15 de setembro de 2015, que Institui o Programa de Aposentadoria Incentivada aos membros e aos integrantes do quadro de servidores Efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo 73/2017; 8/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre o direito à amamentação de bebês e crianças nos estabelecimentos públicos e privados do Estado do Tocantins e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 16/2017; 24/2013, de autoria do Senhor Deputado Eli Borges, que “institui a Semana Estadual de Doação de Leite Materno, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 136/2013; 307/2016, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de execução do Hino Nacional em escolas públicas e privadas de ensino

fundamental”, que deu origem ao Processo número 300/2016; e 266/2016, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse, que “dispõe sobre a proibição de comercialização de materiais de pesca de emalhar às pessoas que não sejam licenciadas nos termos de Legislação Federal e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 178/2016; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi solicitado, pelos Senhores Deputados Elenil da Penha e Wanderlei Barbosa, a retirada a pauta da Ordem do Dia o Projeto de Lei número 247/2016, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de aparelho desfibrilador externo automático em locais que designa e que tenham concentração/circulação média diária de 1.500 (mil e quinhentas) ou mais pessoas no Estado do Tocantins, que deu origem ao Processo número 148/2016; o qual, foi deferido. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte horas e cinquenta e sete minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário